



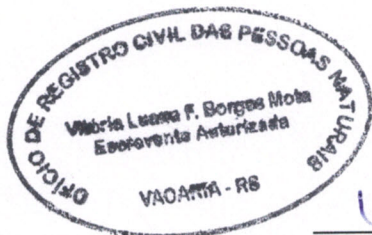
CERTIDÃO

CERTIFICO, no uso das atribuições que a lei me confere que, nesta data, foi averbado ao registro nº 47, a ATA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL, com data de 03/09/2024, da entidade denominada: **ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A MENINOS E MENINAS ASSISTIDOS SANTA CECÍLIA- AMMA**, com sede nesta cidade de Vacaria-RS, sob nº Av. 11/47, no Livro nº A-Eletrônico, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, de acordo com o que me foi requerido, em petição pelo Sr. David Karnopp, representante da referida entidade.

NADA MAIS CONSTA ATÉ A PRESENTE DATA.

ERA O QUE ME FOI SOLICITADO.
O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Vacaria, 10 de setembro de 2024.



Vitória Luana F. B. Mota

Vitória Luana Fernandes Borges Mota
Escrevente Autorizada

Emolumentos: Total: R\$ 30,40 + R\$ 8,80 = R\$ 39,20
Certidão PJ (01 página): R\$ 12,20 (0717.03.2300018.00402 = R\$ 4,00)
Busca: R\$ 11,60 (0717.02.2400005.00383 = R\$ 2,80)
Processamento eletrônico: R\$ 6,60 (0717.01.2400005.00157 = R\$ 2,00)



A consulta estará disponível em até 24h
no site do Tribunal de Justiça do RS
<http://go.tjrs.jus.br/selodigital/consulta>
Chave de autenticidade para consulta
097659 54 2024 00001392 72



Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
de vacaria

Oficial Titular
Pedro Di Iulio Ilarri
Rua Cláudio Rech, 332, Bairro Fátima
Vacaria - RS - CEP 95210-036
Fone: (54) 3232-0362
E-mail: rcpnvacaria@yahoo.com.br



AMMA – Associação de Meninos e Meninas Assistidos - Santa Cecília

Aos três dias do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniram-se nas dependências da Entidade, a diretoria e membros do conselho deliberativo, a fim de fazer as devidas alterações no Estatuto e afim de adequá-lo as necessidades e de atender os requisitos legais.

Serão feitas as seguintes alterações:

6º Capítulo, Art. 13º, inclusão do inciso VI – Analisar a prestação de contas do exercício anterior, com o parecer do Conselho Fiscal, para fins de aprovação.

8º Capítulo, Art. 29º - O Conselho Fiscal é o órgão controlador das finanças da Associação de Amparo a Meninos Assistidos Santa Cecília e será composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, eleitos na Assembleia Geral Ordinária por meio de votos. Com inclusão dos seguintes parágrafos:


§ 3º - É vedado aos membros do Conselho Fiscal a participação simultânea na Diretoria da Entidade.

§ 4º - Os membros do Conselho Fiscal terão mandato coincidente com a Diretoria da Entidade e só poderão ser destituídos pelo Conselho Deliberativo ou Assembleia Geral, quando infringirem dispositivos previamente estabelecidos em regimento interno do referido conselho ou deste estatuto.

§ 5º - O Conselho Fiscal deverá possuir regimento interno regulando seu funcionamento e atribuições a seus membros.

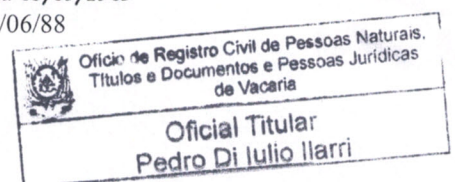
Feitas as devidas alterações, será redigido novo Estatuto e registrada as mesmas no Registro Civil de Pessoa Jurídica. Nada mais havendo a constar, encerro a presente ata que será assinada pelos presentes.

Vacaria, 03 de setembro de 2024.


David Karnopp
Presidente


Silvana Galvan Rech
1ª Secretária

Rua: Antônio Reali, 177 – Fone: (54) 3231 – 1522 – Bairro Jardim dos Pampas
Vacaria – RS – 95.200.000 – CNPJ: 87.865.432/0001-43 Fundada em: 03/09/1969
Decreto de Utilidade Pública Federal nº 96143DOU 08/06/88
EmpresasParcerias CPFL – BAESA





ESTATUTO SOCIAL

ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A MENINOS ASSISTIDOS SANTA CECÍLIA



Ofício de Registro Civil de Pessoas Naturais,
Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas
de Vacaria

Oficial Titular
Pedro Di Iulio Ilarri

1º CAPÍTULO

Da Denominação, Sede, Duração e Fins.

Art. 1º ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A MENINOS ASSISTIDOS – Santa Cecília, fundada em 03 de Setembro de 1969, com Sede e Foro jurídico na Rua Antônio Reali nº. 177, na cidade de Vacaria/RS, com personalidade jurídica de Direito Privado, distinta da de seus associados, que não são solidários, nem subsidiariamente responsáveis pelas obrigações contraídas pela mesma e é uma Associação Civil, sem fins lucrativos de caráter Beneficente, constituída de ilimitado número de associados, pessoas físicas ou jurídicas e terá de duração por tempo indeterminado, tendo as seguintes finalidades:

a) Amparar e educar crianças, adolescentes e adultos, moral e materialmente, sem distinção de nacionalidade, raça, cor credo ou convicção política;

b) Defender os interesses das crianças, adolescentes e adultos e zelar pelo seu bem estar, suprindo-lhes, na medida do possível suas necessidades básicas enquanto ali permanecerem;

c) Interferir junto aos poderes constituídos, a fim de solucionar questões de interesses das crianças, adolescentes e adultos.

d) Promover a cultura e o esporte enquanto ferramenta de desenvolvimento de crianças, adolescentes e adultos, na modalidade educacional, participação, rendimento e rendimento de formação.

2º CAPÍTULO

Associados, Admissão, Exclusão, Direitos e Deveres.

Art. 2º - ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A MENINOS ASSISTIDOS – Santa Cecília compor-se-á de Associados Efetivos, com preenchimento do formulário de adesão aos objetivos da Associação, sendo aprovado pela Diretoria e ratificado pela Assembléia Geral.

§ 1º - Associados Efetivos serão aqueles que contribuirão regularmente com trabalho, em prol dos objetivos da Associação, e financeiramente mediante o pagamento de mensalidades, cujo valor deverá ser fixado anualmente em Assembléia Geral ou Reunião de Diretoria;

§ 2º - Poderá ser concedido o título de Associado Honorário em razão da Notoriedade da pessoa ou de serviços relevantes prestados à Associação ou à comunidade.

Art. 3º - São deveres dos associados:

a) Prestigiar a Associação respeitando as disposições estatutárias regimentais e as decisões da Diretoria, cooperando para o seu engrandecimento financeiro, material e social;

b) Colaborar com a Associação apresentando planos e sugestões que lhes pareçam úteis;

- c) Participar das Assembléias sempre que convocados;
- d) Aceitar e desempenhar com dignidade e sem qualquer interesse pessoal ou político os cargos a que forem eleitos;
- e) Comunicar mudança de endereço residencial ou comercial;
- f) Recorrer sobre atos da Diretoria;
- g) Não se pronunciar na qualidade de associado sobre temas de ordem político-partidário ou religioso.

Art. 4º - São Direitos dos Associados:

- a) Votar e ser votado;
- b) Propor sugestões de interesse geral;
- c) Solicitar esclarecimentos aos dirigentes quando os atos e resoluções da Diretoria lhes pareçam desviar-se das disposições deste Estatuto;
- d) Apresentar novos associados;
- e) Requerer a convocação da Assembléia Geral Extraordinária, a pedido de 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos.

§ 1º - Perderá a qualidade de associado todo aquele que infringir as disposições do presente Estatuto, ou a critério da Diretoria, aquele que deixar de contribuir pelo prazo consecutivo de 06 (seis) meses.

§ 2º - Para estar apto a ser votado como membro da diretoria como Presidente e Vice Presidente, o associado deverá ter no mínimo um ano de prestação de serviços a entidade, bem como estar regularizado financeiramente.

3º CAPÍTULO

Da Forma Jurídica

Art. 5º - Associação de Amparo a Meninos Assistidos – Santa Cecília, será representada ativa e passivamente, nos atos judiciais e extrajudiciais por seu Presidente ou Representante legal para todos os seus efeitos de direito.

Art. 6º - Associação de Amparo a Meninos- Santa Cecília Assistidos é uma entidade filantrópica regida para esse fim, conforme Resolução nº. 088/95 de 23/08/95, publicada no Diário Oficial da União de 25/08/95, Processo nº.28992.000105/95-79.

Parágrafo Único: No desempenho de suas atividades ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A MENINOS ASSISTIDOS – Santa Cecília, observará:

- a) Os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência:

- b) A aplicação de seus recursos integralmente na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
- c) A adoção de práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes a coibir a obtenção de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação no respectivo processo decisório.

4º CAPÍTULO

Dos Fundos Sociais (Patrimônio)

Art. 7º - Os fundos sociais são constituídos:

- a) Pelas contribuições dos membros da comunidade e dos associados;
- b) Pelos legados e donativos que eventualmente forem feitos à associação;
- c) Pelas taxas, emolumentos, subvenções e repasse de órgãos governamentais;
- d) Pelos rendimentos que produzirem os bens da entidade;
- e) Utilização de Leis de Incentivo ao Esporte, nas esferas federal, estadual e municipal.
- f) Eventos culturais, esportivos e congressos.

§ 1º - Serão depositados em nome da Entidade, em um ou mais institutos de crédito, as importâncias arrecadadas, conservando-se em caixa apenas o numerário indispensável as despesas ordinárias e imediatas. Os recursos depositados deverão sempre que for possível, serem aplicados onde melhor render dividendo no momento.

§ 2º - A retirada das importâncias, assim depositadas, far-se-á mediante cheque firmado conjuntamente pelo presidente e tesoureiro.

§ 3º - O Patrimônio da Associação de Amparo a Meninos Assistidos – Santa Cecília será constituído de todos os bens móveis e imóveis por ela adquiridos.

Art. 8º - No caso de dissolução ou extinção da Associação de Amparo a Meninos Assistidos – Santa Cecília, o eventual Patrimônio remanescente será destinado a entidade congênere devidamente registrada no COMAS - Conselho Municipal de Assistência Social.

OK

8



5º CAPÍTULO

Dos Órgãos Deliberativos.

Art. 9º - São órgãos deliberativos da Entidade:

a) As Assembléias Gerais;

b) A Diretoria composta de um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, o Conselho Fiscal e o Conselho Deliberativo;

§ 1º A alternância no exercício dos cargos de direção, sem prejuízo da limitação da duração do mandato de seu presidente, ou dirigente máximo, a (2) anos, permitida 1 (uma) única recondução;

§ 2º Poderão votar e ser votados os associados que estiverem em pleno gozo de seus direitos e obrigações estatutárias ou membros do Conselho Deliberativo, devendo ser assegurada a votação não presencial por procuração ou outro meio disponível.

§ 3º É vedado à eleição do cônjuge e parentes consanguíneos ou afins, até o 2º (segundo) grau ou por afinidade do presidente ou dirigente máximo da entidade.

§ 4º - Os cargos eleitos serão exercidos sem remuneração;

§ 5º - Os membros da Diretoria e dos Conselhos serão eleitos por sufrágio direto e voto secreto, devendo a entidade providenciar que seja o sistema de recolhimento de votos seja imune a fraude;

§ 6º - Será permitido o acompanhamento da votação aos candidatos e aos meios de comunicação;

§ 7º - Será formada uma comissão para dirigir o pleito eleitoral apartada da diretoria da entidade, devendo após o pleito emitir relatório técnico ou documento equivalente que demonstre a existência de sistema de recolhimento dos votos seguro e imune à fraude;

§ 8º O processo eleitoral deverá ser fiscalizado por delegados das chapas concorrentes e pelo conselho fiscal;

§ 9º - Os candidatos a eleição da Diretoria e Conselho registrarão suas chapas com 5 (cinco) dias de antecedência, junto a Diretoria em exercício;

§ 10º - Os membros eleitos serão automaticamente considerados empossados em seus cargos;

§ 11º - Os associados terão direito a protocolar na Secretaria da Entidade defesa prévia, em caso de impugnação, do direito de participar da eleição.

OK

JS

§ 12º - Junto a Diretoria será formado o colegiado de atletas composto por três membros, incumbido de aprovar os regulamentos técnicos de competições e assessorar a diretoria nas diretrizes esportivas da entidade.

6º CAPÍTULO

Das Assembléias Gerais.

Art. 10º - A Assembleia Geral será constituída de todos os membros da Diretoria do Conselho Fiscal e do Conselho Deliberativo da Associação de Amparo a Meninos Assistidos- Santa Cecília e de todos os demais associados efetivos em pleno gozo de seus direitos sociais.

Art. 11º - A Assembleia Geral Ordinária se reunirá bianualmente, na 1ª (primeira) quinzena de Dezembro para eleição da nova Diretoria.

Parágrafo Único: A posse da nova Diretoria se dará em 1º (primeiro) de Janeiro do ano subsequente à eleição.

Art. 12º - Extraordinariamente a Assembléia Geral se reunirá quando convocada pelo Presidente ou por seu substituto legal.

Parágrafo Único: A convocação para a Assembléia Geral deverá ter antecedência de quinze dias e ser feita por edital divulgado pela imprensa local por três vezes, com intervalo de dois dias de cada publicação, podendo ser na imprensa impressa ou digital.

Art. 13º - As Assembleias Gerais somente poderão discutir e votar assuntos que constem dos motivos expressos em sua convocação, outros assuntos somente poderão ser discutidos se aprovados por unanimidade pelos participantes da Assembléia.

Parágrafo Único: Compete ainda à Assembléia:

I - Exonerar a Diretoria sempre que houver parecer prévio e convocação específica do Conselho Deliberativo, com a presença de maioria absoluta de associados em primeira convocação e de 1/3 (um terço) de associados nas convocações seguintes, com aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes;

II - Exonerar o Conselho Fiscal sempre que ocorrer convocação fundamentada em dois terços dos membros do Conselho Deliberativo em conjunto com a Diretoria;

III - Resolver os casos que fujam à alçada específica da Diretoria e do Conselho Deliberativo;

IV - Extinguir a Entidade convocada extraordinariamente e constituída com a presença de 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo;

V - Aprovar e reformar o Estatuto da Entidade.

VI - Analisar a prestação de contas do exercício anterior, com o parecer do Conselho Fiscal, para fins de aprovação.



Art. 14º - Para as Assembléias funcionarem regularmente é necessário a presença de 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria e dos Conselhos e se na hora indicada não houver o "quorum" requerido, esperar-se-á mais meia hora, finda a qual a Assembléia funcionará com qualquer número.

Parágrafo Único: Para validade das resoluções da Assembléia é necessário o voto favorável da metade mais um dos membros presentes ou representados.

Art. 15º - Os trabalhos da Assembléia Geral serão dirigidos pelo Presidente da Entidade e no seu impedimento pelo Vice-Presidente ou na falta do mesmo, compete à Assembléia aclamar o membro que deverá presidi-la.

Parágrafo Único: O Presidente da Assembléia terá apenas o voto de desempate.

Art. 16º - O Secretário da Entidade será o Secretário das Assembléias Gerais e na falta deste seu substituto legal. Na falta dos dois o Presidente da Assembléia nomeará Secretário entre os membros presentes.

Art. 17º - Instalada a Assembléia o Presidente designará dois membros para que em representação da mesma examinem a ata respectiva que ao final será lida, aprovada e assinada por todos.

Art. 18º - Nas Assembléias Gerais os membros poderão ser representados mediante procuração para tal fim outorgado.

Parágrafo Único: Nenhum membro presente poderá representar mais de 01 (um) membro ausente.

7º CAPÍTULO

Da Diretoria.

Art. 19º - Compete a Diretoria:

a) Reunir-se ordinária e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente ou a pedido de qualquer dos seus membros;

b) Zelar pelo rigoroso e fiel cumprimento dos Estatutos; Convocar o Conselho Fiscal

c) Convocar o Conselho Fiscal;

d) Nomear os funcionários que julgar necessário à boa organização dos serviços e fixar os respectivos vencimentos, desde que a Entidade tenha disponibilidade de caixa e com parecer favorável do Conselho Fiscal;

e) Promover medidas de interesse para a Entidade;

f) Elaborar a previsão da receita e despesa do estabelecimento e autorizar obras e serviços de acordo com a direção interna;

g) Zelar pelo nome da Entidade, providenciando sobre qualquer reclamação recebida e apresentada;

h) Elaborar e aprovar o Regimento Interno da Entidade.

Art. 20º - O membro da Diretoria que faltar sem motivo justificado consecutivamente a 05 (cinco) de suas reuniões, será considerado como **resignatário**, devendo o seu cargo ser preenchido por outro membro escolhido e aprovado pela maioria dos membros em Assembléia convocada exclusivamente para esse fim, até realizar-se nova eleição;

Art. 21º - A convocação da Diretoria compete ao Presidente do Conselho Fiscal.

Art. 22º - Ao Presidente compete:

a) Representar a Entidade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, não podendo, porém, transgredir ou renunciar direitos sem a expressa autorização da Assembléia Geral. Responde a Entidade com os próprios bens, pelas obrigações que no exercício da dita representação for pelo menos assumidas quando autorizadas pela Assembléia Geral;

b) Convocar a Diretoria, os Conselhos e as Assembléias Gerais;

c) Delegar funções de que trata a alínea "a" a qualquer membro da diretoria ou as pessoas estranhas à Entidade, porém sob sua inteira responsabilidade;

d) Encaminhar, executar e fazer executar as resoluções tomadas pelas Assembléias;

e) Presidir as sessões de Assembléias Gerais;

f) Autorizar as despesas da Entidade;

g) Apresentar relatórios minuciosos sobre atos da Diretoria e sobre as principais ocorrências durante a respectiva gestão;

h) Exercer o voto de qualidade;

i) Representar a Entidade ou fazê-lo representar em cerimônias particulares ou Solenidades Públicas;

j) Rubricar os livros da Secretária, Tesouraria e do Inventário dos bens da Entidade;



k) Assinar com o Primeiro e/ou Segundo Secretário a correspondência geral;

l) Resolver sobre admissão e saída das crianças abrigadas de comum acordo com a Direção interna, podendo nomear comissões de sindicância para esse fim, se necessário, e de acordo com os fins legais;

m) Autorizar o pagamento de contas e assinar contratos e **distratos**;

n) Exercer inspeção em tudo que for concernente a Entidade, reunindo imediatamente a Diretoria de sua gestão;

o) Firmar conjuntamente com a Tesouraria os papéis ou procurações, quotas de beneficência, auxílio, legado e outros, bem como os recibos e cheques para retirada de quantias, depósitos em estabelecimentos de crédito;

p) Apresentar o relatório anual de Administração;

q) Fazer, observar e cumprir o presente Estatuto e Regimento Interno;

r) Responder civilmente pelo gerenciamento e aplicação de recursos na gestão;

Art. 23º - São substitutos eventuais do Presidente em seus impedimentos em ordem sucessiva, o Vice-Presidente, os Secretários, os Tesoureiros, os quais serão substituídos por membros indicados pelo Presidente até que ocorra nova eleição.

Art. 24º - Compete ao Vice-Presidente colaborar com o Presidente e substituí-lo em caso de ausência, falecimento, renúncia ou qualquer outro impedimento.

Art. 25º - Ao Primeiro Secretário compete:

a) Atender ao expediente interno por cuja organização geral é responsável;

b) Redigir e assinar com o Presidente as atas da reunião de Diretoria e das Assembléias Gerais, conservar em seu poder os respectivos livros de modo a estabelecer-se a perfeita identificação das crianças e fazer todo o serviço de Secretária, mantendo o expediente em dia e o arquivo em ordem;

Parágrafo Único - Compete ao Primeiro Secretário no impedimento legal do Presidente e Vice-Presidente, convocar uma Assembléia Geral, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, para eleger o novo Presidente.

Art. 26º - Ao Segundo Secretário compete a auxiliar o Primeiro Secretário e substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 27º - Ao Primeiro Tesoureiro compete:

a) Proceder à arrecadação das contribuições, doações e repasses das contribuições eventuais de quaisquer outras verbas devidas, podendo também fazê-lo por intermédio de pessoa de sua confiança, porém sob sua inteira responsabilidade;



b) Efetuar o pagamento de contas devidamente processadas com autorização assinada pelo Presidente;

c) Ter sob sua guarda e escriturar em ordem os livros necessários ao movimento da tesouraria devidamente rubricado pelo Presidente em forma mercantil, podendo tomar os serviços de um "Contador", se tal se tornar indispensável e o resolver a Diretoria;

d) Assinar com o Presidente os cheques e quaisquer documentos relativos a retiradas de depósitos ou outras operações financeiras pertinentes;

e) Apresentar à Diretoria balancetes mensais e demonstrativos completos da situação econômica da Entidade;

f) Encerrar o balanço geral quando findo o exercício financeiro e o demonstrativo da receita e despesa;

g) Recolher a estabelecimentos de crédito as importâncias recebidas, podendo conservar em seu poder apenas a quantia indispensável para atender as despesas imediatas;

h) Assinar conjuntamente com o Presidente cheques e recibos;

i) Responder civilmente pelo gerenciamento e aplicação dos recursos na gestão financeira.

Art. 28º - Ao Segundo Tesoureiro compete colaborar e substituir o Primeiro Tesoureiro em seus impedimentos.

8º CAPÍTULO

Do Conselho Fiscal.

Art. 29º - O Conselho Fiscal é o órgão controlador das finanças da Associação de Amparo a Meninos Assistidos Santa Cecília e será composto por 03 (três) membros titulares e 03 (três) membros suplentes, eleitos na Assembléia Geral Ordinária por meio de votos.

§ 1º - Aos membros do Conselho Fiscal compete:

a) Fiscalizar a arrecadação e aplicação dos fundos sociais;

b) Acompanhar a atuação da Diretoria, convocando-a quando julgar necessário ou quando convocado pelo Presidente ou pela Diretoria;

c) Examinar em qualquer tempo os livros e papéis da Entidade, a situação da Tesouraria, cumprindo à Diretoria, fornecer-lhe as informações que solicitarem;

d) Lavrar em livros próprios parecer sobre as finanças da Entidade, no exercício em que servir para ser apresentado à Assembleia Geral ordinária;

e) Emitir parecer quando consultado pelo Conselho Deliberativo, sobre matéria referente às finanças da Associação de Amparo a Meninos Assistidos – Santa Cecília.

§ 2º - Aos suplementos do Conselho Fiscal substituir os membros titulares em seus implementos.

§ 3º - É vedado aos membros do Conselho Fiscal a participação simultânea na Diretoria da Entidade.

§ 4º - Os membros do Conselho Fiscal terão mandato coincidente com a Diretoria da Entidade e só poderão ser destituídos pelo Conselho Deliberativo ou Assembléia Geral, quando infringirem dispositivos previamente estabelecidos em regimento interno do referido conselho ou deste estatuto.

§ 5º - O Conselho Fiscal deverá possuir regimento interno regulando seu funcionamento e atribuições a seus membros.

Art. 30º - De suas reuniões o Conselho Fiscal lavrará ata em livro, especialmente criado para esse fim.

9º CAPÍTULO

Do Conselho Deliberativo

Art. 31º - O Conselho Deliberativo é o órgão orientador dos trabalhos da Associação de Amparo a Meninos Assistidos – Santa Cecília e decisório sobre todos os assuntos que fujam a competência privativa da Assembléia Geral, fixando as diretrizes gerais da Administração e os critérios a serem seguidos na solução dos problemas da Entidade, pronunciando-se sobre quaisquer assuntos que lhe forem submetidos, resolvendo os casos omissos neste Estatuto.

Parágrafo Único: Ao Conselho Deliberativo compete eleger, juntamente com a Diretoria e o Conselho Fiscal, o Presidente da Associação de Amparo a Meninos Assistidos – Santa Cecília e referendar a escolha feita pelo Presidente para os demais cargos da Diretoria e Conselho Fiscal.

Art. 32º - O Conselho Deliberativo é composto do Presidente da Entidade ou seu substituto legal e 09 (nove) representantes da comunidade.

Parágrafo Único: São representantes da comunidade: Bispo Diocesano, Presidente da União Municipal Espírita, Representante da Comunidade Luterana Voz da Cruz de Vacaria, Presidente do Rotary Clube de Vacaria, Presidente do Rotary Clube Vacaria dos Pinhais, Presidente do Lyons Clube de Vacaria, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e habitação, Presidente da Associação de Bairros Jardim dos Pampas, Gaúcha e Gertrudes, ou respectivamente, seu representante legal.

Art. 33º - O Conselho Deliberativo se reunirá obrigatoriamente, a cada dois anos, por ocasião da Assembléia Geral Ordinária Eleitoral, a fim de inteirar-se do andamento dos trabalhos da Diretoria e para resolver os assuntos por esta submetidos a sua apreciação.

Parágrafo Único: Além da Reunião obrigatória poderão ser efetuadas tantas quantas convocadas pelo Presidente da Associação de Amparo a Meninos Assistidos – Santa Cecília ou sempre que, no mínimo, dois terços dos Conselheiros o requeiram por escrito à Diretoria.

Art. 34º - As sessões do Conselho Deliberativo, cuja convocação independe de prazo ou de outras formalidades, serão dirigidas e secretariadas pelo Secretário.

§ 1º - As resoluções serão tomadas por maioria simples de votos, observando-se nas votações os mesmos princípios da Assembléia Geral.

§ 2º - Das deliberações adotadas lavrar-se-á uma Ata sucinta, assinada pelo Presidente, Secretário e demais membros do Conselho que o desejarem.

Art. 35º - As Reuniões do Conselho Deliberativo funcionam validamente quando presentes, no mínimo, dois terços dos Conselheiros e o Presidente ou seu Representante Legal.

10º CAPÍTULO

Do Patrimônio

Art. 36º - O Patrimônio da Associação de Meninos Assistidos – Santa Cecília será constituído de todos os bens móveis e imóveis por ela adquiridos ou recebidos por doação.

11º CAPÍTULO

Da Receita e da Despesa

Art. 37º - Os recursos para a manutenção da Entidade são:

- a) Subvenções da União, do Estado e do Município;
- b) Donativos, legados, doações e benefícios;
- c) Venda de Artesanato e Promoções Beneficentes.

Art. 38º - As despesas da Entidade serão as necessárias à sua manutenção, conservação e aumento de seu Patrimônio.

Art. 39º - A Entidade aplica suas rendas, seus Recursos e Eventual resultado operacional integralmente no Território Nacional e na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais.

§ 1º: A Instituição publicará anualmente o resultado financeiro das suas contas em meios de comunicação do município.

§ 2º : A garantia de acesso irrestrito a todos os associados e filiados aos documentos e informações relativos à prestação de contas, bem como àqueles relacionados à gestão da respectiva entidade de administração do desporto, os quais deverão ser publicados na íntegra no site eletrônico desta.



Art. 40º - A Entidade poderá celebrar convênios, contratos, parcerias com entidades públicas ou privadas, visando sua manutenção social, física ou financeira.

Parágrafo Único: A Entidade adotará os meios de contabilidade oficial, conforme norma legal.

12º CAPÍTULO

Das Disposições Finais

Art. 41º - A reforma do Estatuto só poderá ser feita em Assembléia Geral extraordinária, convocada por pelo menos 1/5 dos associados em pleno gozo de seus direitos, presentes a maioria absoluta em primeira convocação e de 1/3 (um terço) dos associados nas convocações seguintes com aprovação de 2/3 (dois terços) dos presentes.

Art. 42º - Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Diretoria que os submeterá, caso julgar necessário à apreciação da Assembléia Geral.

Art. 43º - A Entidade não poderá manifestar-se sobre assuntos de política partidária, nem nela interferir direta ou indiretamente.

Art. 44º - Os membros desta Entidade somente respondem solidariamente e/ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela entidade, quando aprovadas em Assembléia Geral.

Art. 45º - A extinção da Entidade somente poderá ser resolvida por Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, com presença e aprovação de três quartos dos membros presentes e que determinará a forma de liquidação do ativo e passivo e dará poderes especiais à Diretoria para executá-los.

Art. 46º - Sem expreso consentimento dado por escrito pela Diretoria, ninguém poderá angariar donativos em nome da Entidade.


Art. 47º - Não poderão ser alugados nem emprestados os móveis e utensílios da Entidade.

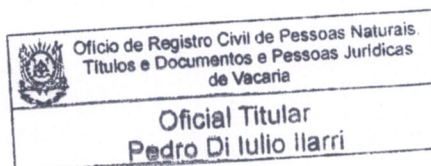
Art. 48º - Nenhum membro da Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo serão remunerados por sua atividade na Entidade.

Art. 49º - Fica eleito o Foro de Vacaria para qualquer ação fundada neste Estatuto.

Vacaria, 03 de setembro de 2024.


Kellin Frozi
OAB/RS 68066


David Karnopp
CPF 429.443.330-20





AMMA – Associação de Meninos e Meninas Assistidos - Santa Cecília

CONVOCAÇÃO

REALIZAÇÃO: 03/09/2024
HORÁRIO: 18H (PRIMEIRA CONVOCAÇÃO)
18H 30 MIN (SEGUNDA CONVOCAÇÃO)
LOCAL: AMMA - Santa Cecília, Rua Antônio Reali, 177
Jardim dos Pampas, Vacaria/RS

A Diretoria da AMMA, através do seu Presidente, convoca toda a Diretoria e demais membros do Conselho Fiscal, a participarem da reunião a ser realizada aos três dias do mês de setembro de 2024, às 18h em primeira convocação e às 18h 30min, em segunda convocação, no salão de reuniões da Entidade, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

01. Alteração e adequação do Estatuto;

De acordo com o disposto em Lei, a convocação somente poderá deliberar sobre os assuntos estabelecidos em pauta. Qualquer outro assunto deverá ser objeto de nova convocação específica.

Vacaria, 15 de agosto de 2024.

Atenciosamente,


David Karnopp
Presidente

Rua: Antônio Reali, 177 – Fone: (54) 3231 – 1522 – Bairro Jardim dos Pampas
Vacaria –RS – 95.200.000 – CNPJ: 87.865.432/0001-43 Fundada em: 03/09/1969
Decreto de Utilidade Pública Federal nº 96143DOU 08/06/88
EmpresasParcerias CPFL – BAESA





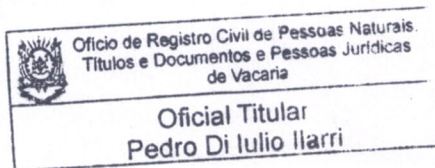
AMMA – Associação de Meninos e Meninas Assistidos - Santa Cecília

Lista de Presença

Ata de Convocação Alteração do Estatuto, 03/09/2024.

Silvana G. Rech	
JAIME PERM	
ENIOMAR JOSÉ VASCHIN	
GLÓRIA ISABEL ZERMANI	
Paula Regina Capellica Silva	
JOSÉ SILMAR VIGINA	
DAVID KAKNAPP	
QUELIN PAGANIN JAVAL	
MAURICIO B. ZANONARI	

Rua: Antônio Reali, 177 – Fone: (54) 3231 – 1522 – Bairro Jardim dos Pampas
Vacaria – RS – 95.200.000 – CNPJ: 87.865.432/0001-43 Fundada em: 03/09/1969
Decreto de Utilidade Pública Federal nº 96143DOU 08/06/88
EmpresasParcerias CPFL – BAESA





AMMA – Associação de Meninos e Meninas Assistidos - Santa Cecília



Diretoria da Entidade AMMA – Santa Cecília

Biênio 2023/2024

Presidente:		Vice Presidente:	
Nome:	<i>David Karnopp</i>	Nome:	<i>Glória Isabel Zermiani</i>
Estado civil:	Casado	Estado civil:	Solteira
Profissão:	Pastor	Profissão:	Economiária
Nacionalidade:	Brasileiro	Nacionalidade:	Brasileira
CPF:	429.443.330-20	CPF:	317.061.180-15
RG/Órgão Expedidor:	9022648712 – SSP/RS	RG/Órgão Expedidor:	8008356209 – SSP/RS
Endereço:	Av Franciosi, 301	Endereço:	R: 3 de maio, 989, AP 101
Primeira Secretária:		Segundo Secretário:	
Nome:	<i>Silvana Galvan Rech</i>	Nome:	<i>Mauricio Bernardo Zandona</i>
Estado civil:	Viúva	Estado civil:	Divorciado
Profissão:	Gestora Financeira	Profissão:	Bancário
Nacionalidade:	Brasileira	Nacionalidade:	Brasileiro
CPF:	519.216.000-63	CPF:	565779310-20
RG/Órgão Expedidor:	7037327843 – SSP/RS	RG/Órgão Expedidor:	7033357711 -SSP/RS
Endereço:	R: Inácia Vieira, 403, AP 502	Endereço:	Rua Inácia Vieira, 403
Primeira Tesoureira:		Segundo Tesoureiro:	
Nome:	<i>Paula Regina C. da Silva</i>	Nome:	<i>Itacir Venturin</i>
Estado civil:	Casada	Estado civil:	Casado
Profissão:	Analista de Informática	Profissão:	Contador
Nacionalidade:	Brasileira	Nacionalidade:	Brasileira
CPF:	781.453.840-87	CPF:	451.028.050-53
RG/Órgão Expedidor:	8044812496 – SSP/PC RS	RG/Órgão Expedidor:	7040073731 – SSS/RS
Endereço:	R: Frei Getulio, 246	Endereço:	R: Liberato S.V da Cunha, 940
Conselho Fiscal:		Conselho Fiscal:	
Nome:	<i>Eniomar José Varaschin</i>	Nome:	<i>José Gilmar Vieira</i>
Estado civil:	Casado	Estado civil:	Casado
Profissão:	Advogado/Conatdor	Profissão:	Major da Policia Militar
Nacionalidade:	Brasileiro	Nacionalidade:	Brasileiro
CPF:	278.631.580-87	CPF:	317.102.200-15
RG/Órgão Expedidor:	6013844078 SSP RS	RG/Órgão Expedidor:	1017204338 – SSP/PC RS
Endereço:	Rua Silveira Martins, 235/402	Endereço:	R: Santo Antônio, 50
Conselho Fiscal:			
Nome:	<i>Quelin P. Vanaz</i>		
Estado civil:	Solteira		
Profissão:	Médica Veterinaria		
Nacionalidade:	Brasileira		
CPF:	804.721.090-49		
RG/Órgão Expedidor:	7070854877 SSP RS		
Endereço:	Av. Militar, 845		

David Karnopp/Presidente AMMA

Rua: Antônio Reali, 177 – Fone: (54) 3231 – 1522 – Bairro Jardim dos Pampas
Vacaria –Rs – 95.200.000 – CNPJ: 87.865.432/0001-43 Fundada em: 03/09/1969

Decreto de Utilidade Pública Federal nº 96143 DOU 08/06/88

Empresas Parcerias CPFL – BAESA